

CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA 2016: Casa comum, nossa responsabilidade

"Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca." (Am 5,24)

A Campanha da Fraternidade deste ano é ecumênica, promovida pelo CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), num testemunho de unidade. Este apelo para cuidar da criação está em sintonia com o Conselho Mundial de Igrejas e o Papa Francisco, que têm chamado atenção para o fato de que o atual modelo de desenvolvimento está ameaçando a vida e o sustento de muitas pessoas, e também destruindo a biodiversidade. Esta Campanha da Fraternidade será internacional porque a Misericórdia, organização dos bispos católicos alemães, integrou-se nesse mutirão.

O objetivo geral é: "Assegurar o direito ao saneamento básico para todas as pessoas e empenharmo-nos, à luz da fé, por políticas públicas e atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro de nossa Casa Comum." Os objetivos específicos propõem a união de igrejas e pessoas de boa vontade na promoção da justiça e do direito ao saneamento básico enquanto fidelidade ao Evangelho, conhecendo a realidade, incentivando o consumo responsável, abordando as políticas públicas referentes ao tema, especialmente os Planos Municipais de Saneamento Básico.



PRIMEIRA PARTE (VER)

Entendendo o Saneamento básico: o Saneamento básico inclui os serviços públicos de abastecimento de água, o manejo adequado dos esgotos sanitários, das águas pluviais, dos resíduos sólidos, o controle de reservatórios e dos agentes transmissores de doenças. Envolve não somente questões de ordem sanitária, mas também de justiça social e ambiental, sendo um direito social do cidadão e dever do Estado.

O Saneamento básico e o direito à moradia saudável: moradia adequada, com serviços de infraestrutura e equipamentos públicos, é um direito universal. No Brasil, moradias e condomínios de luxo nem sempre cumprem as regras de saneamento básico e proteção ambiental, e os bairros populares têm deficiências na área de saneamento.

Água potável e esgoto sanitário: o Brasil tem cerca de 12% da água doce do mundo, sendo que 70% está concentrada na região Norte, mas registra perda de água tratada de até 60% e, em média, 37% de perda na distribuição. A distribuição do esgoto sanitário no Brasil é bastante irregular e o sistema de tratamento usado pode gerar a contaminação subterrânea de aquíferos e lençóis freáticos.

Saneamento básico na legislação brasileira: a Constituição de 1988 contempla o saneamento básico em diversos de seus dispositivos. A Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB) – Lei nº 11.455, de 05/01/2007, propõe o controle social em quatro funções de gestão de serviços públicos de saneamento básico: planejamento, regulação, prestação e fiscalização. A lei prevê que cada município deve elaborar o seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) em consonância com o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). O PMSB deve ser revisto a cada quatro anos. A vigência do PLANSAB é de 20 anos (2014-2033). A Lei nº 12.305, de 02/08/2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e esclarece quais são os princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativos à gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos.

Ver a nossa Casa Comum: vivemos um momento crucial para a continuidade da vida no planeta Terra. Este sistema vivo e complexo que nos foi presenteado por Deus precisa ser cuidado. Nossa fé cristã nos impulsiona a sair do comodismo e construir um mundo mais justo.

Saneamento básico e saúde: condições precárias do esgoto sanitário, água e higiene causam doenças como diarreia, cólera, hepatite e febre tifoide. Uma criança morre a cada 2,5 minutos no mundo por não ter acesso à água potável, por falta de redes de esgotos e por falta de higiene.

Urgência do saneamento básico no Brasil: pouco mais de 82% da população brasileira têm acesso à água tratada, mais de 100 milhões de pessoas não possuem coleta de esgotos e apenas 39% destes esgotos são tratados. Dados do IBGE, de 2013, mostram que 10,6% dos domicílios não são contemplados pelo serviço de coleta de resíduos sólidos. O governo federal pretende universalizar o saneamento básico no Brasil em 20 anos, o que implica investimento de R\$ 508,45 bilhões.

Resíduos nas cidades e zona rural: o Brasil gera cerca de 150.000 toneladas diárias de resíduos sólidos. Segundo dados do IBGE de 2010, 50,8% dos resíduos sólidos foram levados para lixões (depósito de lixo bruto a céu aberto), 21,5% para aterros controlados (lixo bruto é coberto com terra) e 27,7% para aterros sanitários (lixo com adequada disposição no solo). Como 15% dos domicílios brasileiros não têm coleta de lixo, cerca de 20 mil toneladas diárias são lançadas nas ruas e rios. Os resíduos orgânicos representam 69% do total descartado; são 14 milhões de toneladas de sobras de alimentos.

Na zona rural, apenas 42% das moradias dispõem de água tratada; 5,2% tem esgoto sanitário e 28,3 possuem fossa séptica, os demais despejam o esgoto nos cursos d'água; só 23,4% tem coleta de resíduos sólidos. O saneamento rural deve ser implementado de forma articulada com políticas públicas que amparem outras carências; um exemplo positivo é a construção de cisternas de captação de água de chuva no semiárido.

Há enorme diferença entre as regiões brasileiras, em todos os componentes do saneamento básico. Apenas as cidades mais desenvolvidas apresentam números elevados de coleta e tratamento de esgoto. Há também uma desigualdade nas cidades, com ausência ou precariedade de serviços de água, esgotos e até de energia elétrica em bairros periféricos, penalizando os mais pobres, com problemas de saúde, risco de enchentes e deslizamentos, além da falta de escolas e transporte. Os administradores públicos preferem investir em obras de maior visibilidade que em saneamento básico, pois estas ficam escondidas.

Produção de lixo industrial e doméstico: muitos resíduos são despejados de maneira descontrolada no meio ambiente, sem nenhum tratamento intermediário, como produtos das indústrias e esgotos sanitários, remédios, elementos radioativos, poluentes químicos, resíduos gasosos industriais. Cada um pode contribuir na redução da produção de lixo planejando compras, evitando embalagens e produtos descartáveis. A coleta seletiva do lixo ajuda no tratamento adequado dos resíduos e gera mão de obra em cooperativas de reciclagem e de catadores.

SEGUNDA PARTE (JULGAR)

1. “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca”. (Am 5,24): a mensagem bíblica é progressiva e se encaminha na direção dos valores do Reino de Deus, explicitados por Jesus. Os textos bíblicos tratam da relação das pessoas entre si, de maneira fraterna; com Deus, respeitando o bem que Deus quer para todos; com a natureza, acolhida como dom de Deus; e com os bens materiais, que devem ser distribuídos de forma justa e utilizados para o bem de todos.

O profeta Amós mostra que o progresso econômico de sua época que não se traduzia em igualdade e justiça para todos, e até a fé estava sendo manipulada (cf. Am 2,6-8), transformada num culto vazio (cf. Am 5,21-25). Também os profetas Isaías, Oseias e Miqueias ensinam que a fidelidade a Deus significa garantir direitos essenciais para a vida de todos e cuidar bem do planeta.

4. Ouvindo as diversas tradições: as relações justas entre seres humanos e com o meio ambiente dizem respeito a toda a humanidade; por isso os cristãos devem trabalhar em parceria com todos os que querem o bem da humanidade e a preservação do planeta. O Papa Francisco afirma que o amor social é a chave para o desenvolvimento autêntico; para os povos indígenas Kulina, no testemunho do pastor Frank Tiss, bem viver significa viver em paz e harmonia com as pessoas e o ambiente; o pastor Dietrich Bonhoeffer apontava como desafio para os cristãos o empenho na oração e na prática da justiça; também apontam caminhos para o bem da humanidade o 14º Dalai Lama e Lao Tse; e as religiões africanas ensinam que tudo tem vida e está ligado a tudo, numa única unidade.

TERCEIRA PARTE (AGIR)

Atitudes que podemos assumir: *conhecer* a realidade em nossa casa, quanto ao uso da água, energia, alimentos, e do bairro e da cidade, quanto à qualidade dos serviços de saneamento básico; *participar* em conselhos e outros espaços de participação sobre políticas públicas; *educar para a sustentabilidade*, discutindo os pressupostos do desenvolvimento atual, assumindo práticas de consumo responsável, com programas educacionais nas escolas públicas e particulares.

Ir além do urbano: comunidades isoladas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas exigem, além do processo de educação para o saneamento, projetos que respondam às suas necessidades, com novos modelos de gestão.

Canalização da água de chuva para evitar deslizamentos e doenças e reuso da água. E também incentivar o reuso da água, tanto nas indústrias como nas residências.

Os meios de comunicação são parceiros para a construção de novas lógicas de relacionamento com o meio ambiente e na mobilização em favor da ampliação dos serviços de saneamento básico e da mudança de comportamentos.

2. Saber cuidar do ambiente e das pessoas: o *Jardim do Éden*, no livro do Gênesis, reflete a harmonia desejada por Deus do ser humano com o meio ambiente, e na *Nova Jerusalém*, no livro do Apocalipse, um rio de água vivificante evoca a natureza como fonte da Vida. A água que Moisés fez brotar no deserto é símbolo da vida e Jesus se anuncia à samaritana como “fonte de água viva”. Na água batismal Deus nos purifica e oferece a nova vida.

Ao longo de sua caminhada, o povo estabeleceu normas para que a comunidade fosse um reflexo desta harmonia: *organizar a comunidade* (cf. Ex 18,13-27); *manter a limpeza do acampamento* (Dt 23,13-14); *cuidar da água* (Lv 11,36); *comer alimentos bons* (cf. Ex 16,8); *repartir com os pobres* (Dt 24,19-22); *cuidar das árvores e bosques* (cf. Lv 19,25); *remunerar bem o trabalho* (Dt 24,14-15; Tg 5,1-6); *saber descansar* (cf. Ex 20,8-11 e cf. Lv 25,2-7).

3. Saneamento básico e prática da justiça: o profeta Amós compara a prática da justiça com uma fonte de água limpa e com um rio que não seca (Am 5,24), mostrando que o direito e a justiça são imprescindíveis para manter a harmonia e a felicidade na sociedade. Denuncia a elite por viver no luxo à custa do meio ambiente e dos camponeses pobres, defendendo que o bem-estar é direito de todos os habitantes. Os profetas também alertam que para agradar a Deus, não bastam vistosas celebrações, pois a religião deve cuidar do bem-estar das pessoas.

Aprofundando a mensagem dos profetas, Jesus buscou a verdadeira justiça, acolhendo o sofrimento dos marginalizados e apontando caminhos para a superação da dor. Denunciou o ritualismo que privilegiava os puros e marginalizava os impuros, assumindo a solidariedade com as pessoas discriminadas, criticando tudo o que promovia a exclusão.

As Igreja pode e deve criticar a atual sociedade regida pela economia de mercado, que privilegia o individualismo e o consumismo e que insiste em converter tudo, inclusive a água e a terra, em mercadoria. Somos chamados a refazer nossas relações sociais e ambientais seguindo a prática de Jesus. Pelo Batismo, somos chamados a viver como uma grande família, sem discriminações, onde todos tenham a vida plena que Jesus concede.

Viver a Campanha da Fraternidade: sendo ecumênica, esta Campanha fortalece a convivência entre as Igrejas, no diálogo, no conhecimento mútuo e no cuidado com a Casa Comum, especialmente na atuação em prol dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Conhecer as estruturas legais: atuar para que, a partir da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), os municípios implementem políticas que universalizem os serviços de saneamento básico.

Privatização: avaliar os serviços de saneamento básico desenvolvidos pelo setor privado e nas parcerias público-privadas, levando em conta aspectos como: acesso universal, integralidade, equidade, preço da tarifa, qualidade dos serviços e participação popular.

Assumir responsabilidades com o espaço onde se habita: quanto ao uso adequado da água e da energia elétrica, do trato com o esgoto e descarte de lixo. Igualmente agir nos espaços condominiais, com manejo dos resíduos, tratamento do esgoto e separação de resíduos recicláveis.

Construir uma nova lógica, com novas práticas: não gerar lixo; reutilizar; reciclar; tratar resíduos; depósitos dos resíduos coletados sejam feitos em aterros sanitários. Também observar se os serviços de saneamento básico atendem a todos, especialmente os pobres.

Um gesto concreto pessoal para a Quaresma: evitar o consumismo e o desperdício dos alimentos, fazendo um Dia de Jejum, doando para os mais pobres o que não consumimos nesse dia e economizamos na Quaresma.